

**XI Congresso Brasileiro de História Econômica e
12ª Conferência Internacional de História de Empresas.**

Vitória-ES, 14 a 16 de setembro de 2015.

Investimento público provoca investimento privado no Brasil entre 1980-2013

Autora: Bruna Sena dos Reis, Bacharel em Ciências e Humanidades e Bacharel em Economia pela UFABC

Orientadora: Cristina Fróes de Borja Reis, professora adjunta do Bacharelado de Ciências Econômicas e do Bacharelado em Relações Internacionais da UFABC.

RESUMO

O trabalho analisa as relações existentes entre o investimento público e privado no Brasil de 1980 a 2013, em termos teóricos e empíricos, a partir de uma abordagem keynesiana-estruturalista. Em especial, examina-se o investimento público em infraestrutura, por um lado, e das empresas estatais federais, por outro. Tendo em vista que o comportamento dos investimentos em boa medida depende do regime macroeconômico adotado pelos grupos de interesse que detém o poder, defende-se que os investimentos públicos possuem relação de complementaridade com o investimento privado e, conseqüentemente, influenciam direta e indiretamente no crescimento econômico.

Palavras-chave: Investimento público; Empresas estatais; Infraestrutura; Crescimento econômico; Petrobrás.

INTRODUÇÃO, OBJETIVO E METODOLOGIA

A interação entre as decisões governamentais e privadas é um tema deveras estudado no cenário macroeconômico. Existem diversos canais pelos quais a política fiscal tem o poder de influenciar o setor privado, seja através dos gastos do governo, dos impostos, dos efeitos dos gastos sobre a taxa de juros, bem como dos investimentos públicos em capital fixo.

No começo do segundo mandato da Presidenta Dilma Roussef, o ajuste fiscal ameaça o investimento público, especialmente em infraestrutura. Ao contrário do que defende a abordagem neoclássica, na keynesiana e estruturalista reduzir o investimento público impacta negativamente o investimento privado, conforme se demonstra teórica

e empiricamente neste trabalho. O objetivo é apontar a relação complementar entre os investimentos dos dois setores, e também a relação positiva entre investimento e crescimento econômico, com base na experiência brasileira de 1980 a 2013. Nesta trajetória, enfatiza-se o papel dos investimentos da Petrobrás na dinâmica de crescimento do país desde os anos 2000.

Para cumprir o objetivo, o trabalho se apoia em uma análise histórico-estrutural teórica e empírica. Primeiramente, discute-se teoricamente a importância do investimento público para o privado, apresentando criticamente as visões de complementariedade (*crowding-in*) e substituição (*crowding-out*), enfim posicionando-se a favor da abordagem keynesiana-estruturalista. Nesta vale o Princípio da Demanda Efetiva (PDE), estabelecido por Keynes e Kalecki, que, em sua formulação mais simples nas palavras de Possas (1999), afirma que:

[...] numa dada economia mercantil e portanto monetária, onde o dinheiro cumpre todas as suas funções (meio de circulação, unidade de conta, meio de pagamento) –, em toda transação de compra e venda existe apenas uma *decisão autônoma*: a de *gastar*. Em consequência, todo gasto *determina* uma receita de igual magnitude. Por agregação, o total do gasto em um dado período contábil é sempre igual e determina o total da receita (POSSAS, 1999, p. 20, grifos do autor *apud* REIS, 2008, p. 9).

A partir desta perspectiva, examina-se a trajetória dos investimentos públicos no Brasil a partir dos anos oitenta a 2013, enfatizando a importância das empresas estatais – em especial a Petrobras – e dos investimentos em infraestrutura para o investimento privado e consecutivo aumento nas taxas crescimento econômico, utilizando como fonte principal as *Estatísticas do Século XX* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e séries de dados do Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada (IPEA). As considerações finais concluem que no Brasil entre 1980 e 2013 comprovou-se o *crowding in*, pois conforme defende Reis (2008) há quatro mecanismos pelos quais o investimento no setor público induz o privado, sendo dois atuantes pelo lado da oferta e os outros pela demanda. Do lado da oferta, os serviços concedidos pelos investimentos públicos reduzem os custos de produção do investimento privado e ainda majoram a produtividade total dos fatores. O investimento público, bem como a política de compras das empresas estatais, compõe demandas autônomas que instigam o uso da capacidade ociosa ou da extensão da capacidade produtiva de setores que, de outra

maneira, não teriam estímulos para crescer. Do lado da demanda, por sua vez, o investimento público induz o investimento privado, primeiramente, pelo efeito do multiplicador e seguido pela expansão e integração físicas do mercado inteiro, principalmente por meio da infraestrutura.

CONCLUSÕES

Na década de 80, o Brasil se viu diante de uma crise que acabou por frear o crescimento do país. Foi então nos anos 90, a partir do Plano Real que a econômica brasileira encontrou o caminho de volta ao crescimento, porém tímido se comparado com o período de 70. Após a ruptura de novo enfrentada em meados da década de 90, quando o país registrou altas taxas de inflação e baixas de investimento, foi depois de 2003 que o crescimento voltou a aparecer.

Por um lado, investimentos em infraestrutura têm o poder de beneficiar os empresários em virtude da redução dos custos e ampliação dos mercados, conduzindo ao crescimento da empresa. Por outro lado, um aumento nos investimentos em infraestrutura beneficia também a população, aumentando o bem-estar em ambos os casos. Desta maneira, necessária para o crescimento econômico, a infraestrutura é crucial na decisão de investir: investimentos na área de telecomunicações, transporte e energia elétrica aumentam a expectativa de lucro pelos empresários, na medida que se reduzem os custos, aumentando o desejo por investir. Destarte, o investimento público em infraestrutura tem o poder de incentivar o investimento privado, já que aumentam a competitividade do sistema econômico ao reduzir os custos dos empresários e elevar a produtividade do trabalho, gerando também benefícios macroeconômicos via efeito multiplicador. Além dos impactos do investimento público em infraestrutura para os empresários, deve ser considerada também a área social, a partir da oferta de infraestrutura social e urbana. Melhorando as condições de transporte urbano, educação e saúde, expande-se também o bem estar da sociedade. Níveis baixos de investimento nesse setor conjugados a um aumento no preço de serviços como mobilidade urbana e saneamento básico, pode impactar negativamente na renda e no bem-estar da população, em especial na parcela de renda mais baixa, o que acabaria por frear o padrão de crescimento ligado ao consumo de massa e ainda atingir negativamente a distribuição de renda.

No que tange ao investimento em estatais, evidencia-se a importância que a Petrobras possui no desenvolvimento do Brasil em anos recentes. À empresa foi

facultada a missão de atuar como instrumento central de promoção do renascimento da indústria naval do país, além do fato da companhia sempre estar envolvida com o desenvolvimento do país. A companhia passou por grandes mudanças nos anos 90 que marcaram suas ações e seu planejamento, como o fim do monopólio, abertura comercial e mudanças estruturais. Entretanto, nas décadas seguintes, essas barreiras foram superadas e marcadas por metas de ampliação na atuação nos mercados, efetivando vultuosos investimentos que ao final do período representavam cerca de 15% da formação bruta de capital fixo (FBCF) do país, responsável, portanto, parte importante do investimento em termos diretos e indiretos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico.

Como conclusões mais gerais acerca da relação entre os investimentos público e privado no Brasil a partir dados do Ipea e IBGE, confirma-se hipótese de que os mesmos estão correlacionados no Brasil, abrindo espaço para estudo econométrico a fim de atestar a complementaridade. Com base no estudo da trajetória dos investimentos públicos, acredita-se na maioria dos anos que um incremento na FBCF do setor público implicou no avanço da FBCF do setor privado, de modo a afetar também positivamente o PIB, contribuindo para o crescimento.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. T. Investimento em Infraestrutura e Crescimento Econômico no Brasil. *Economia e Desenvolvimento*. V. 5, n.02, p. 161-188, 2006.
- ASCHAUER, D.A. "Is public expenditure productive?" *Journal of Monetary Economics*, vol.23,p.177-200, 1989.
- BIELSCHOWSKY, R., Os Investimentos fixos na economia brasileira nos anos noventa. Cepal, 2003. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/4960/capi.pdf>
- BIELSCHOWSKY, R., Investimento e reformas no Brasil, indústria e infra-estrutura nos anos 1990. Ipea, 2002.
- BRUNO, M.; SILVA, R. M. B., Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura no Brasil: dois padrões recentes e suas implicações. *Análise e Propostas*, n. 38, p. 28. Dez., 2009.
- CAMPOS, E. Investimento público não eleva PIB. **Valor Econômico**. 15/08/2014 – 05:00.

- CAMPOS NETO, C. A. S. Investimentos e Financiamentos na Indústria Naval Brasileira – 2000-2013. **Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014.
- COSTA, F. N. da. Dossiê Petrobras 2013. Março 2014. Disponível em <
<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/03/04/dossie-petrobras-2013/>>
- CRUZ, B. O.; TEIXEIRA, J. R. The impact of public investment on private investment in Brazil, 1947-1990. *Cepal Review*. v. 67, p.75-84, abr. 1999.
- ECCARD, F. P. A Evolução do Papel das Empresas Estatais para o Desenvolvimento Econômico: o caso da Eletrobrás. Rio de Janeiro: 2009.
- GOBETTI, S.W. Estatais e ajuste fiscal: uma análise da contribuição das empresas federais para o equilíbrio macroeconômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 29-58, abr. 2010.
- FERREIRA, G. G. Investimento em Infraestrutura e Desenvolvimento: Uma análise para a economia brasileira de 1970 a 2009. Rio de Janeiro – RJ, 2014.
- FERREIRA, P. C. E., MALLIAGROS, T.G. Investimentos, fontes de financiamento e evolução do setor de infraestrutura no Brasil: 1950-1996. *Ensaio Econômico*, EPGE, 346/5, 1999.
- FIGUEIREDO, B., O Programa de Investimentos em Logística: Um Projeto Estratégico do Estado Brasileiro. Empresa Brasileira de Planejamento e Logística. Disponível em:
<
http://www.valor.com.br/sites/default/files/apresentacao_bernardo_figueiredo_0.pdf
>
- GONZALES, E. O. Uma Investigação Empírica sobre os Determinantes do Investimento no Brasil e a Relação entre investimento público e privado. Maringá-PR: 2014.
- GRASEL D., SANTANA, E. A., Determinantes do Investimento no Brasil: 1980/90. In: *Revista Textos de Economia*. Florianópolis, SC: EdUFSC. Depto de Economia. v. 6, n. 1, p. 67–92, 1995.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Contas Nacionais, séries de indústria, Estatísticas do século XX, Estatísticas das Empresas Públicas e Estatísticas da Administração Pública.
- IPEADATA – base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: séries de produto, séries de formação bruta de capital fixo, deflatores, dívida externa e interna, importações e exportações.

- JACINTO, P. A.; RIBEIRO, E. P., Co-Integração, efeitos Crowding-In e Crowding-Out entre Investimento Público e Privado no Brasil: 1973-1989. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 6, n. 11, p. 143-156, nov. 1998
- LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A., PUNZO, L. F.. Trajetória de crescimento da economia brasileira e mudança estrutural de 1971 a 2008: uma interpretação a partir do framework space. Rev. Economia contemporânea. 2012, vol.16, n.1, pp. 43-61.
- LUPORINI, V.; ALVES, J. Investimento Privado: uma análise empírica para o Brasil. Economia e Sociedade. Campinas, v.19, n. 3 (40), p. 449-475, dez. 2010.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Estatais brasileiras batem recorde de investimentos em 2013. Fev. 2014. Disponível em:
<http://www.planejamento.gov.br/conteudo.asp?p=noticia&ler=10930>>
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. SOBRE O PAC. Disponível em: <
<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>
- POHLMANN, E. L.; TRICHES, D., Análise do Desempenho da Política Monetária no Brasil após o Plano Real. Perspectiva Econômica, v. 4, n.2, p. 22-43, 2008.
- POSSAS, M. L. Demanda Efetiva, Investimento e Dinâmica: a atualidade de Kalecki para a teoria econômica. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.3, p 17-46, 1999.
- PUGA, F., P., BORÇA JÚNIOR, G., R., NASCIMENTO, M., M. O Brasil Diante de um Novo Ciclo de Investimento e Crescimento Econômico, p. 59- In: ALÉM, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fabio. O BNDES em um Brasil em transição. Rio de Janeiro: BNDES, 2010
- REIS, C. F. de B., Os Efeitos do Investimento Público sobre o Desenvolvimento Econômico: análise aplicada para a economia brasileira entre 1950 e 2006. Brasília: ESAF, 2008. Monografia premiada com o 2º lugar no XIII Prêmio Tesouro Nacional – 2008. Qualidade do Gasto Público. Rio de Janeiro (RJ).
- RIBEIRO, M. B.; TEIXEIRA, J. R. An econometric analysis of private-sector investment in Brazil. Cepal Review, n. 74, p. 153-166, 2001.
- SONAGLIO, C.M., BRAGA, M.J., CAMPOS, A.C., Investimento Público e Privado no Brasil: Evidências dos Efeitos Crowding-In e Crowding-Out no Período 1995-2006. Economia, Brasília (DF), v.11, n.2, p.383–401, mai/ago 2010.
- SOARES, F. A. R. A administração da taxa de câmbio no Plano Real e os fundamentos econômicos brasileiros. Brasília, 2006.
- STUCKERT FILHO, R., Dilma anuncia oportunidades na área de infraestrutura. Portal

Brasil. Setembro, 2013.

TADEU, H., F., B.; SILVA, J., T., M. The Determinants of the Long Term Private Investment in Brazil: An Empirical Analysis Using Cross-section and a Monte Carlo Simulation. *J. econ. finance adm. sci*, 18 (Special Issue), 2013.

TEIXEIRA, A. R., PINTO, E.C., A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Textos para Discussão 006* | 2012. Instituto de Economia UFRJ. Setembro, 2012..